



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL POLÍCIA MARÍTIMA

24 Novembro 2014

NOTA À IMPRENSA

Leis orgânicas militares aprovadas pelo governo testam palavra de Cavaco

Da edição de hoje, do Diário de Notícias, sob o título “*Leis orgânicas militares aprovadas pelo governo testam palavra de Cavaco*”, é dada nota que a Lei orgânica da Marinha permitirá ao CEMA propor a nomeação de oficiais deste ramo para a Autoridade Marítima Nacional, permitindo que estes militares possam acumular as suas funções militares com funções da Autoridade Marítima Nacional, entre as quais, as de comandante da Polícia Marítima.

Atendendo ao teor do anúncio do Governo de 5 de novembro, sobre a aprovação em Conselho de Ministros da nova Lei orgânica da Marinha, conforme noticiado, esta Lei “... *passa a estipular a separação da Autoridade Marítima Nacional da estrutura da Marinha, mantendo-se como "elo comum" o almirante chefe do Estado-Maior da Armada à frente do ramo e da Autoridade Marítima*”.

A ASPPM considera que a formulação da Lei Orgânica do ramo militar excede o seu objeto, por regulamentar matérias que são alheias ao ramo, como é o caso da nomeação de titulares de cargos da AMN.

Ao atribuir à chefia militar competência para propor a nomeação de cargos na AMN, a nova formulação da Lei vem apenas demonstrar a dependência da vontade do CEMA para o exercício daqueles cargos, numa aparente continuidade de uma ação legislativa ofensiva dos preceitos constitucionais atinentes à separação da defesa nacional, relativamente à segurança interna.

A ASPPM considera que a proposta de nomeação pelo CEMA para cargos na AMN, sobretudo quanto aos cargos que atribuem competências de comando policial e de autoridade de polícia criminal, configura uma ingerência inaceitável do ramo militar na esfera da Polícia Marítima.

Relembrando as declarações recentes de um ex-CEMA ao Diário de Notícias “*a lei não interessa aqui. Vários presidentes da República e governos conviveram com ela e não suscitaram dúvidas. O que importa é o modelo de duplo uso.*”.

Perante o exposto a ASPPM exortou nesta data S.Exa. O Presidente da República, que coloque um termo definitivo na indefinição da AMN e da respetiva dependência da chefia do ramo militar naval, suscitando junto do competente Tribunal Constitucional a apreciação preventiva da Lei Orgânica da Marinha.

A Direção Nacional